



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Agrária**

**PEDAGOGIA DA RESISTÊNCIA: A EDUCAÇÃO ENQUANTO PRÁTICA DE LUTA DO MST**

**THAÍS CASTRO GIFFONI DOS SANTOS<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo promover uma discussão acerca do processo histórico de distribuição de terras no Brasil, e como se deu o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, trazendo uma análise da questão agrária brasileira e da pedagogia enquanto prática libertadora e formadora de sujeitos críticos e de sua inclusão dentro das estratégias de resistência do MST.

**Palavras-chave:** Questão Agrária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pedagogia da Resistência.

### **ABSTRACT**

This work aims to promote a discussion about the historical process of land distribution in Brazil, and how the Landless Rural Workers Movement, the MST, emerged, bringing an analysis of the Brazilian agrarian issue and pedagogy as a liberating and formation of critical subjects and their inclusion within the MST's resistance strategies.

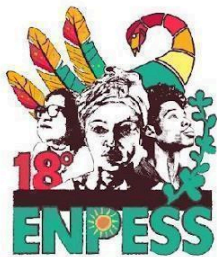
**Keywords:** Agrarian Question, Landless Rural Workers Movement (MST), Pedagogy of Resistance.

## **1. INTRODUÇÃO**

A luta pela terra no Brasil possui raízes históricas e este é um fato amplamente discutido em diferentes vertentes do conhecimento. É importante se enfatizar, portanto, os caracteres sócio-histórico, político e econômico da construção estrutural do país e da distribuição de suas terras, desde o período da colonização portuguesa, bem como sua

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

multidimensionalidade. A questão agrária<sup>2</sup>, assim, é palco de fortes articulações na luta pelos direitos sociais (perpassando dimensões como a do direito à alimentação, à terra, à educação, à saúde, entre outros) uma vez que a composição latifundiária brasileira é geradora de desigualdades sociais, étnicas e territoriais que revelam o antagonismo imbricado na luta de classes e nos interesses capitalistas, aqui especificamente dos monopólios de terra do agronegócio, tornando-se campo efervescente da questão social<sup>3</sup>, objeto de atuação do Serviço Social.

Perceber a questão social como fruto de uma sociabilidade burguesa e como categoria de análise para os conflitos oriundos dos embates entre os interesses distintos das classes sociais, nos permite compreender suas expressões como ferramentas de opressão do capital sobre os trabalhadores, mas também como espaço de tensionamento entre as classes sendo “também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2000, p. 28). Essa também é uma realidade presente nas relações de trabalho do meio rural.

Tais movimentos contraditórios entre os interesses de classe no campo tem como um de seus principais focos de resistência no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST é um movimento social que surgiu oficialmente no ano de 1984 durante o 1º Encontro Nacional, em Cascavel (PR), se destacando em relação a outros movimentos sociais pela sua multiplicidade de dimensões, e pela formação humana, pedagógica e política que envolve as famílias que compõem a luta pela terra.

É a partir da dimensão pedagógica que trataremos da importância da educação popular libertadora para a luta por direitos no campo, bem como para a emancipação do sujeito

---

<sup>2</sup> “O setor agrário é atravessado por interesses antagônicos de classes sociais, em que a dinâmica dessas relações demanda reconhecer a essência do papel da agricultura não apenas pela via da produção em si, de forma isolada. Trata-se de uma questão que não se reduz a esse aspecto, até porque a ciência econômica tem tratado dessa dimensão com ampla competência. Para além dessa dimensão da produção e longe de simplificações economicistas estruturalistas, esses fenômenos são aqui apreendidos como produto de uma sociedade construída historicamente por um processo social de relações desiguais, cujas fraturas sociais impredgnaram um padrão capitalista fortemente dependente e subordinado aos interesses externos assim, sacrifica, em boa medida, a força de trabalho tanto da cidade quanto do campo, delineando um padrão de modernização “excludente e conservador” onde o padrão de reforma agrária à brasileira é um parâmetro relevante (LUSTOSA, 2012, p. 67).

<sup>3</sup> “A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2007, pág. 155).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

social camponês e pela Reforma Agrária<sup>4</sup>. A particularidade que se engendra e consolida nesse movimento em específico “começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir” (Caldart, 2011, p. 221).

Seguindo ainda este sentido, Vargas (2018) apresenta a Educação Popular do MST como uma estratégia política do movimento, ou seja, a construção de estratégias pedagógicas dentro do movimento, produzidas e defendidas por ele, tem como base a formação de um sujeito crítico ao sistema de produção no qual está inserido, negando a alienação imposta aos trabalhadores pelo capitalismo com forma de resistência às suas opressões, bem como de sobrevivência do próprio movimento. Assim, busca-se compreender de que maneira o projeto político-educacional do MST contribui para a formação de sujeitos críticos à realidade, politizados e engajados na luta pela Reforma Agrária e vivência sustentável em contramão à realidade contraditória do campo dominado pelos latifúndios e monocultura no contexto da sociedade capitalista.

## **2 A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO BRASIL, O MST E SUA DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

### **2.1 A composição agrária brasileira: uma breve contextualização e o surgimento do MST**

Explicar a história da luta pela terra no Brasil e o surgimento do MST é, antes de tudo, fazer um resgate histórico da distribuição/concentração de terras no país. De acordo com STIVAL (2022, p. 24), é possível fazer um resgate do período colonial, com a invasão de terras indígenas pelos portugueses, a implementação das Capitanias Hereditárias, das sesmarias e os ciclos da cana e do café. Para o autor, as características que unem todos esses momentos são o latifúndio e a escravatura. De tal modo, a questão agrária brasileira é, também, indissociável da questão racial, tendo como forte demarcador a exploração de uma classe sobre a outra, formando assim uma classe latifundiária exploradora e concentradora que se perpetua durante os anos.

Para MADEIRA (2022, p. 79),

A escravidão durou mais de trezentos anos. O Brasil foi um dos últimos países a abolir esse sistema, e o fez no dia 13 de maio de 1888. Dentro da nova institucionalidade com o pós-abolição, o jeito de tratar os ex-escravizados se reconfigura estruturalmente sob forma de racismo. Foi construído um pacto pela elite para perpetuar uma sociedade desigual e

---

<sup>4</sup> “A reforma agrária pode ser caracterizada como um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral” (STÉDILE, 2019, p. 12).

excludente, embora forjada ainda na escravidão, mas com novos contornos no final do século XIX, e que se recria na contemporaneidade.

Como apontado por Madeira (2022), a sociedade brasileira se moldou e não modificou estruturalmente após a abolição da escravatura em 1888, mantendo as formas desiguais de tratar a população negra. Stival (2022) aponta algo semelhante em relação à Lei de Terras implantada em 1850 que, diferente da Lei das Sesmarias, dava a posse total da terra ao fazendeiro, não permanecendo em poder do Estado (o rei) para redistribuí-las caso necessário. Para ele “a tríade institucional à base das sesmarias, da monocultura e do braço escravo originou o regime latifundiário ainda imperante em vastas áreas do país” (STIVAL, 2022, p. 27).

Essa forma de estruturação do regime latifundiário brasileiro, legitimou as posses e, assim, as “invasões” de terra para aqueles que não possuíam títulos, tornando o campo local de coexistência não-harmônica entre latifúndios e minifúndios (STIVAL, 2022). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017<sup>5</sup>, as propriedades rurais com até 50 hectares correspondem a 81,3% do total estabelecimentos agropecuários, mais de 4,1 milhões de propriedades rurais que somam 44,8 milhões de hectares. Enquanto as propriedades com mais de 10 mil hectares correspondem a um total de 2,4 mil fazendas, totalizando área de 51,8 milhões de hectares. Isso quer dizer que há uma grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, revelando uma distribuição desigual entre aqueles que vivem do trabalho na terra (IBGE, 2017).

Essa desigualdade desencadeia uma série de conflitos históricos durante os quais diversas transformações societárias aconteceram para que se chegasse à questão agrária contemporânea que leva em consideração as novas configurações do capitalismo monopolista e brasileiro. É notável que a ação capitalista e o conceito de liberdade econômica do neoliberalismo atuam de forma muito distinta em territórios brasileiros, principalmente no que diz respeito à Reforma Agrária e à distribuição de terras.

De acordo com Lustosa (2012):

O respaldo vigoroso do setor público, tal como ocorre em todos os setores da economia, a política agrícola/agrária também faz parte do jogo do mercado. Essa dinâmica favorece a expansão tecnológica no setor rural, resultando, daí, um incremento do “capital constante”, pela ampliação de compra e venda de meios de produção, tendo como contrapartida, no processo de produção e reprodução do “capital variável”, a força de trabalho, ou o “trabalho vivo” e a expansão do “trabalho morto”. Sob o ângulo da organização social e política do trabalho, essas relações sociais de produção caminham na direção de uma expressiva desmobilização social e despolitização contra a reforma agrária (LUSTOSA, 2012, p. 24).

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ou seja, a questão agrária é encarada muito no sentido de tecnologização mecanização da vida no campo, com investimento voltado para maquinários modernos que abarquem a produção orientada para o mercado externo em detrimento da centralidade do trabalho como categoria ontológica da relação do homem com a natureza. Nesse sentido, as relações sociais provenientes do trabalho com a terra passam por uma desmobilização e despolitização. Ainda em suas análises sobre a reforma agrária brasileira, Lustosa (2012) afirma que:

Isso têm implicações nas relações sociais estabelecidas entre homens, pois não se trata apenas de um fenômeno a ser tratado em suas dimensões categoriais, mas é produto das alterações na lógica do sistema social, com reflexos nas relações sociais, nos processos de trabalho e de produção, de distribuição, de consumo e de outros corolários, que, de outra forma, inspirando-me em Oliveira (2003) reiteram uma “revolução produtiva sem uma revolução burguesa” (LUSTOSA, 2012, p, 100).

É admissível perceber, portanto, uma forte concentração de terras que priorizam uma política de produção agrícola, de latifúndios, em detrimento de uma produção agrária mais focalizada na distribuição de terras. Ademais, além de a agropecuária concentrar grandes porções de terras, bate recordes de exportações. Segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)<sup>6</sup> divulgados em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil fechou o ano de 2022 com uma estimativa de 263 milhões de toneladas na safra de gêneros alimentícios, ainda há 33 milhões de brasileiros em situação de fome de acordo com os dados já apresentados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN)<sup>7</sup>. Cabe enfatizar que o Brasil é um país cujo desenvolvimento agrícola se orientou historicamente pelo mercado externo, “que comporta modelos agrícolas excludentes e insustentáveis, que contribuem para agravar o quadro de insegurança alimentar” (HIRAI, 2011, p. 15).

Nesse contexto, alguns movimentos de luta pela terra irão surgir, sendo marcante o acampamento Encruzilhada Natalino em Ronda Alta/RS que, para Stival (2022, p. 33), “foi o embrião para o surgimento e fortalecimento do MST no âmbito regional e, depois, nacional”. As manifestações dos trabalhadores rurais e essa forma de luta concreta e reivindicações, dão origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984. O MST é importante

<sup>6</sup> Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=destaques>>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

movimento de resistência no campo e tem como seu lema a frase “Terra para quem nela trabalha”. O MST é um Movimento Social com dimensões nacionais, alcançando mesmo fama internacional, estando presente nas 5 regiões do país, organizando-se em 24 estados, abarcando cerca de 450 mil famílias.

## **2.2 Os aspectos pedagógicos da luta pela terra no MST**

Dentro de seus objetivos organizacionais e operacionais, o MST se divide entre 160 cooperativas, 120 agroindústrias, 1900 associações e cerca de 450 mil famílias assentadas. É dessa forma que estabelece seu compromisso junto à Reforma Agrária Popular, se caracterizando enquanto uma “organização social de massas” cujos objetivos não se limitam à distribuição de terra, mas na formação de um novo modelo de sociedade, daí a necessidade de um viés pedagógico, educacional e político de formação.

Como destaca Caldart (2004, p. 204), “ser do Movimento significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação”.

Perceber, portanto, o MST enquanto um movimento de luta coletiva que abrange setores que vão desde a ocupação e produção, até vieses políticos, passa também pelo entendimento de que ele vai contra um projeto político implantado no Brasil pelos interesses de grandes produtores de terra que compõem e lucram com o agronegócio nos moldes que foram apresentados. Logo, o campo se torna palco de conflitos que muitas vezes passam do âmbito ideológico e visam a eliminação de militantes pela reforma agrária. Além disso, movimentos sociais como o MST também são alvo de ataques constantes, seja em seus acampamentos, seja à sua reputação, ou aos seus militantes de forma mais personalizada.

Logo, cabe enfatizar, também, que o MST se coloca enquanto um movimento contra hegemônico, tendo-se em mente a correlação entre a questão agrária e a questão social – objeto de intervenção do Serviço Social, bem como os elementos que efetivam a profissão e seu



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

compromisso Ético-Político<sup>8</sup> que assume posição junto à classe trabalhadora e os interesses dela no bojo das contradições impostas pelo modelo de produção capitalista.

Compreender a questão rural como fruto das contradições expressas na realidade do sistema capitalista, parte também da premissa de que para a superação das desigualdades produzidas e reproduzidas que sustentam esse modo de produção, a educação libertadora tem papel fundamental. Para Vargas (2018, p. 145), “tomar a educação como parte das lutas por transformação social, portanto, tomá-la como contida na estratégia política para se alcançar tal fim, implica pensá-la enquanto prática social inserida na história da sociedade”. Assim, podemos considerar a educação do Movimento Sem Terra como uma estratégia política para a formação de seus militantes, com objetivo de compreender as raízes da questão agrária no Brasil.

Para Sant’Ana (2012):

A questão agrária expressa os diferentes conflitos decorrentes do uso da terra e/ou da relação capital/trabalho desencadeados ou aprofundados pelo modelo de desenvolvimento agrário vigente. No atual contexto, são relações capitalistas que dão a formação ao modelo de desenvolvimento agrário, embora alguns conflitos étnicos e culturais extravasem o âmbito específico das relações capital/trabalho. Para melhor elucidar esta questão a assertiva de Marx e Engels (2007) é fundamental: a forma de produção dominante sobrepõe-se à outras, porém não as elimina, apenas subjuga-as (SANT’ANA, 2012, p.152).

Já para Lustosa (2012):

As mudanças nos processos de trabalho, sob o ângulo da pequena produção, significam que o aprofundamento não só quantitativo, mas qualitativo dos avanços tecnológicos forjam a “(...) subordinação direta do processo de trabalho ao capital”, isto é, a “subsunção real do trabalho como uma forma superior de produção de mais-valia, por agregar valor à matéria-prima, o que corresponde à industrialização da agricultura” (LUSTOSA, 2012, p. 94).

A questão agrária e o problema da distribuição de terras no Brasil, logo, são indissociáveis da questão social, logo, indissociáveis das relações humanas alienadas do capitalismo. Para Vargas (2022, p. 145), “a pedagogia da hegemonia, negando a compreensão das contradições da relação entre capital e trabalho às classes trabalhadoras, predominantemente não só desconsideram como procuram apagar, silenciar ou deformar, beneficiando os

---

<sup>8</sup> “Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional” (NETTO, 199, p. 15-16).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

opressores”. Por isso, a ideia de uma educação libertadora, com a formação crítica do homem, e o exercício de compreensão da realidade para além do aparente ou “mágico” (FREIRE, 2022), torna a pedagogia do MST uma estratégia política de luta.

Considerando que a forma como o homem navega e interage socialmente com o mundo e com os outros passa por mediações que são capazes de formar sua consciência, refletimos os impactos já mencionados do Estado burguês nessa consciência e na colocação contra hegemônica dos movimentos sociais pressionando essa realidade (questão social). Como bem defende Paulo Freire (2022, p. 60) sobre cultura:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, à medida que cria, recria e decide, vão se conformando as peças históricas. É também criando recriando e decidindo que o homem deve participar dessas épocas.

Assim, o MST seria gerador de relações formadas com base em uma luta comum, organizada e formadora de identidades, com base em uma relação cultural emancipatória. A percepção de que dentro do Movimento a luta por uma Reforma Agrária em solos brasileiros é uma luta não apenas por território, mas por uma construção de uma identidade de um sujeito que é multidimensional, familiar, organizado e social, faz refletir na contribuição desse aspecto dentro da formação e entendimento da luta pela terra como um objetivo de vida e de transformação societária, bem como da compreensão do trabalho na terra enquanto transformador do homem e do meio.

Aqui, a respeito dos aspectos pedagógicos do movimento, há uma compreensão de que o Movimento Sem Terra ultrapassa as barreiras de um movimento social comum, abrangendo aspectos e outras formas de luta que vão além do tradicional. De acordo com Caldart (2001):

O MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabaram levando o Movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas. Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos..., se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena (CALDART, 2011, p. 208).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A educação seria, então, um projeto de emancipação humana, servindo enquanto uma das muitas estratégias, como formadora de indivíduos conscientes, críticos e políticos. O sujeito militante do MST não é apenas e em si um sujeito que tem por objetivo e fim a terra. Mas, aquele que compreende as implicações do sistema hegemônico vigente e busca sua superação através, sim, do trabalho na terra enquanto categoria fundante, mas também na tomada de consciência da educação como práxis da luta de classes.

Logo, Freire (2022) defende uma constante “atitude crítica” sobre a realidade como forma de não conformação com as opressões através de uma educação libertadora que “por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades [...]” (p. 80) e “uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir” (*idem*). E, como analisa Caldart (2004, p. 341) acerca das contribuições do pedagogo para o sentido pedagógico do MST e seu processo de formação de sujeitos coletivos, ela destaca a “postura política e cultural de contestação social” como um dos elementos dessa pedagogia. Em resumo, como viemos tratando ao longo deste trabalho, uma educação que rompa as cercas e uma pedagogia da resistência.

Essas ações de consciência forjadas no reforço de um novo sentido sociocultural do movimento, demarcam seu aspecto de resistência, nas palavras de Bogo (2009, p. 31), “desenvolve-se, por outro lado, juntamente com a “cultura” da existência, a cultura da resistência, de não se entregar totalmente aos embalos do cantarolar do consumismo capitalista”. Portanto, a própria sociabilidade do movimento e suas formas de organização criavam uma identidade coletiva que era fabricada dentro de sua própria luta. Vargas (2018, p. 153), nos permitiu refletir sobre o tema ao tratar da pedagogia do Movimento como estratégia política:

As lutas feitas pelo MST põem em movimento a consciência de seus militantes, forja dinâmicas de interação, trocas e aprendizagens entre sujeitos e a partir dos conflitos vividos nas lutas. São geradas nesse processo mediações que podem ser apropriadas por educadores, sobretudo de dentro, mas também de fora do Movimento, dando vitalidade, historicidade e criticidade a sua proposta pedagógica, essenciais aos processos de elevação de consciência e de formação da subjetividade que confere identidade de classe em luta.

Para compreender de forma mais qualificada a cultura do MST, Bogo (2009) se torna crucial na compreensão do que ele chama de “cultura dos rejeitados” (p. 28). O resgate, através da Reforma Agrária defendida pelo movimento, de uma cultura popular, que advém do trabalho com a terra, com as raízes de uma existência coletiva. Através de sua existência enquanto

sujeitos coletivos, eles desenvolvem uma cultura que é também da resistência do individualismo proposto pela sociabilidade capitalista.

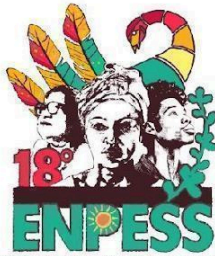
Por fim, nos argumentos de Caldart (2004, p. 318): “olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem”, portanto, o MST encontra no seu sentido educacional um modelo de transformação social através dos indivíduos coletivos que compõem esse movimento, uma vez que essa formação modifica a visão de realidade dessas pessoas e, assim, elas modificam sua própria realidade, enxergando na teoria uma maneira de transfigurar a prática.

### 3 CONCLUSÃO

Para concluir, foi possível perceber que a formação histórica, política e econômica que marca a distribuição de terra no Brasil, acarretou uma composição desigual, com grandes posses nas mãos de poucos grandes latifundiários, que tem como objetivo a exploração da terra e a exportação de sua produção. Assim, aqueles que trabalham para e na terra, ou os “sem terra”, ficam com pouco, ou mesmo nada, gerando inquietações e insurgências que se aglutinaram na forma de um Movimento Social de resistência e luta por uma redistribuição dessas terras, através de uma Reforma Agrária Popular. Como foco dessa luta no país, temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Além disso, percebe-se que as contradições inerentes do sistema capitalista e suas expressões através da questão social, não podem ser separadas da dinâmica presente no campo com a questão agrária e de seus embates de classes nesse cenário. De tal forma, compreendendo que o capitalismo aliena o trabalhador em relação ao seu trabalho, tornando-o acrítico, a educação libertadora e popular do MST é uma estratégia não apenas de luta e resistência, mas também de sobrevivência, induzindo um olhar questionador sobre a realidade que os cerca e torna emergente a existência do movimento. Tal educação, se manifesta através de ações pedagógicas que estão presentes dentro dos mais diversos modos de luta do Movimento, como suas Escolas Populares nos assentamentos, suas ações coletivas de formação política, em sua dimensão cultural e cotidiana de convivência e de sua solidariedade.

A formação de sujeitos críticos à realidade e à pedagogia hegemônica desse sistema, deve ser prática política de formação constante desses militantes, dessas famílias e desses



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sujeitos, pois, assim, forma-se indivíduos coletivos conscientes dos seus direitos. Logo, a educação deve vir unida como forma de mediar as demais práticas de formação, somando-se e fortalecendo o Movimento em busca de uma nova forma de sociedade mais justa, menos exploradora e condensadora, talhando um sujeito que é próprio da sociabilidade do MST, cuja identidade é forjada dentro do movimento, reforçando seu teor de resistência.

Por fim, discutir a questão de terras no Brasil é trabalho árduo e extenso, no entanto, consideramos que a literatura a respeito é bastante rica e abarca um debate em diferentes vertentes da produção de conhecimento. O MST é fruto de uma articulação popular, com objetivo de promover no Brasil uma Reforma Agrária que visa uma distribuição mais igualitária de terras, priorizando uma produção sustentável e uma relação mais harmônica com a natureza, através de uma estratégia pedagógica que pauta sua luta e suas ações sociais que são capazes de produzir dentro do próprio cotidiano do Movimento Social significados responsáveis por criar um sujeito e uma identidade própria, sendo este o Sem Terra, enquanto categoria social privilegiada para compreender a realidade do movimento em si mesmo.

## REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. O MST e a Cultura. 3ª ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores, Sem Terra: 2009.

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. In: Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt>>.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistemico-da-producao-agricola.html?=&t=destaques>>.

MST, **Página inicial**. Disponível em: <<https://mst.org.br>>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Avanços e desafios do debate sobre a questão racial no serviço social. *Temporalis*: Brasília (DF), 2022, n. 44, p.75-90. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/39047/26160>>.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho Bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

STIVAL, David. *A educação do campo e o MST: trabalho e práticas sociais com assentados da reforma agrária*.

VARGAS, Luiz Américo Araújo. *A educação como estratégia política do MST: por uma pedagogia da luta e da resistência*.